

ATA

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE 30 DE OUTUBRO DE 2014

Nº 22 /2014

PRESIDENTE: Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves.

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Gonçalves, Manuel José Ramalho Ramos Paiva, Maria José Fernandes Lacerda, Luís Manuel Teixeira de Sousa Ribeiro, Mário Francisco Cancela Mesquita Montes e Margarida Maria Teixeira Osório Rodrigues da Silva.

SECRETARIOU: José Daniel Meireles de Almeida Lopes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

HORA DE ABERTURA: 9.30 horas.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada por maioria com abstenção da Senhora Vereadora Maria José Fernandes Lacerda por não ter estado presente.

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE: Antes do início dos trabalhos o Sr. Presidente informou verbalmente a Câmara das ações desenvolvidas durante a quinzena.

Informou também os Srs. Vereadores sobre o novo modelo de funcionamento do museu do douro.

O Senhor Vereador Luís Ribeiro sobre este tema informou que concorda com as posições que a Câmara, tem vindo a tomar enquanto membro fundador e representante dos municípios.

Não acompanha a atitude de alguns municípios, em abandonar aquela instituição, considerando esse abandono precipitado.

O Sr. Vereador Manuel Paiva perguntou se já existia algum procedimento final sobre a postura de trânsito.

O Sr. Presidente respondeu que ainda não foram tomadas medidas para a alteração à postura de trânsito, estando no entanto a programar essa alteração já com nova sinalética, nomeadamente a indicação de informação das freguesias do concelho.

A Sr^a Vereadora Margarida Osório referiu ter sido informada que o Conselho Pedagógico do Agrupamento João de Araújo Correia, as crianças do Pé-escolar iriam passar a ter sessões de Expressão Musical de quinze em quinze dias e que os jardins de infância de Loureiro e Galafura se deslocariam aos Centros Escolares para realizarem essas atividades. Perante estas informações solicitou ao Presidente que informasse do porquê de essas sessões apenas se realizarem de quinze em quinze dias e dos jardins de infância das freguesias de Loureiro e

Galafura terem que se deslocar aos Centros Escolares podendo estas sessões realizar-se nos jardins de infância em questão.

O Sr. Vice Presidente esclareceu não ter conhecimento do modelo que está a ser definido, a elaboração do mencionado projeto é da responsabilidade do agrupamento, uma vez que é uma competência sua, naturalmente que o modelo a adotar deverá ter em atenção a melhor rentabilização dos meios a utilizar para estas atividades.

A Sr^a Vereadora Margarida Osório referiu que a Câmara e o Agrupamento fazem o “jogo do empurra” responsabilidades, uma vez que no agrupamento disseram que o modelo que estava a ser criado era da responsabilidade da Autarquia e agora a Autarquia diz que a responsabilidade é do agrupamento, referiu ainda que não é a primeira vez que este tipo de situação de empurrar a responsabilidade de um para o outro, ocorre nesta sala.

O Sr. Vice-Presidente referiu que se as crianças já vêm à natação e à biblioteca e caso seja esse o entendimento do agrupamento, não vê qualquer inconveniente que possam também realizar outras atividades. Referiu ainda que lamenta e refuta as afirmações da Sr^a Vereadora Margarida Osório no que respeita ao empurrar responsabilidades, o município sempre assumiu as suas e não tem o hábito de entrar nesse tipo de jogos, desafiou ainda a Vereadora Margarida Osório a concretizar quais as situações que acabou de insinuar.

A Sr^a Vereadora Margarida Osório, após a resposta do Vice-Presidente de que as crianças vêm à natação e à biblioteca e por isso também podem vir à Expressão Musical e à Expressão Físico-Motora, retorquiu que não é a mesma realidade uma vez que a piscina e a biblioteca não podem ser deslocada às freguesias, mas nas atividades em causa é apenas necessário que se desloque o docente que vai fazer a atividade. Saliu ainda que é muito mais proveitoso para as crianças terem as sessões no próprio jardim de infância, pois ao fazerem as deslocações há sempre crianças que ficam mal dispostas e que por tal motivo não aproveitam as sessões da melhor forma.

Perguntou ainda o porquê de termos que sujeitar as crianças a viagem desnecessárias?

Solicitou também informações sobre as sessões de Expressão Físico-Motora, se iriam ou não efetuar-se durante este ano, uma vez que não tinha sido comunicado nada no Conselho Pedagógico.

O Sr. Vice Presidente discordou das observações efetuadas pela Vereadora Margarida Osório, uma vez que possibilidade de as atividades em causa serem realizadas nos centros escolares, seguramente que seriam em dias em que as crianças já se iriam deslocar aos centros e não novas deslocações, como tal o facto de poderem ficar mal dispostas acontece de forma igual. Esclareceu que qualquer outra informação, sobre a matéria, deve ser colhida junto do agrupamento, uma vez que tal como referiu anteriormente o município ainda não tem conhecimento da proposta organizativa para as atividades em causa.

O Sr. Vereador Luís Ribeiro informou da existência de falhas na rede de iluminação pública em todo a concelho, e que também alguns presidentes de junta têm tentado, junto da E.D.P. minimizar este problema mas não têm recebido respostas satisfatórias.

O Sr. Presidente disse que a Câmara tem conhecimento desta situação e tem prestado junto do organismo responsável pela reposição da normalidade da rede pública.

Explicou que o problema reside na atribuição destas tarefas, por concessão E:D.P. a empreiteiros os quais não estão a encontrar situações atempadas para os muitos problemas existentes.

O Sr. Vereador Luís Ribeiro a pedido do Senhor Presidente da junta de Vilarinho dos Freires, solicitou informação sobre um projeto que foi desenvolvido pela associação daquela freguesia.

O Sr. Presidente esclareceu que o projeto foi tratado e desenvolvido como uma obra municipal já que existia terreno sobrance da E.M 313, sendo que o registo formal da construção está a ser elaborado.

O Sr. Vereador Luís Ribeiro informou a Câmara da preocupação dos residentes daquela freguesia pela não marcação da via “estrada 313” perguntando se existia disponibilidade da autarquia para a fazer.

O Sr. Presidente esclareceu que os recursos do município não chegaram para todos os problemas existentes no concelho desta e outras áreas mas que está sinalizado pelo município, para que logo que exista disponibilidade financeira, efetuar essa marcação.

O Sr. Vereador Luís Ribeiro pediu informação sobre a realização das obras de saneamento nos lugares de Stº Xisto , alvações e atrás da Igreja na freguesia de Vilarinho dos Freires.

O Sr. Presidente esclareceu que não existe para já qualquer procedimento para a resolução destas situações.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

TESOURARIA

Balancete – Período de 16 de outubro a 29 de outubro /2014 – Saldo do dia 29 de outubro – Seiscentos e dez mil, seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e dois cêntimos.

FLORIPES DA ROCHA RODRIGUES

PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE RAMO

DE UMA DAS LOJAS DO MERCADO MUNICIPAL

PESO DA RÉGUA

177 - Foi presente um requerimento de Floripes da Rocha Rodrigues, a requerer autorização para a alteração de ramo de uma das lojas do Mercado Municipal, passando de estabelecimento de comércio a retalho para cabeleireiro/estética.

A Câmara deliberou por unanimidade deferir o requerido.

FLORIPES DA ROCHA RODRIGUES

ABERTURA DE VÃO EM LOJAS CONTIGUAS DO

MERCADO MUNICIPAL

RUA BRANCA MARTINHO

PESO DA RÉGUA

178 - Foi presente um requerimento de Floripes da Rocha Rodrigues, concessionária de duas lojas contigua do mercado municipal, na Rua Branca Martinho, a requerer autorização para fazer um vão de porta com as medidas de 2m x 2m, para acesso entre estes espaços.

Traz despacho do Sr. Vereador em Regime de Permanência do teor seguinte:

“Remeta-se à Reunião de Câmara a informação DOPSU/BR/29.09.2014 para deliberação quanto á autorização de abertura do vão solicitada pela requerente.

Caso a deliberação seja no sentido de autorizar a referida intervenção, a mesma deverá ser executada de acordo com a informação supramencionada devendo a requerente apresentar memória descritiva da operação proposta, termo de responsabilidade do técnico, alvará do empreiteiro e seguro de responsabilidade civil, devendo a requerente assumir o ónus de repor a situação inicial das lojas concessionadas na eventualidade de a extinção da concessão”.

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar o requerido de acordo com a informação dos serviços.

PLANO E ORÇAMENTO

PARA 2015

179 – *A Câmara deliberou por maioria com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS, concordar com os documentos apresentados, enviando-os para aprovação à Assembleia Municipal.*

Foram presentes as seguintes declarações de voto:

Declaração de Voto dos Srs. Vereadores do PS:

“Uma vez mais, discutimos as **Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do Município do Peso da Régua**. Como temos afirmado no passado, os vários documentos que os integram são essenciais e imprescindíveis para a concretização de uma estratégia com objetivos claros e fundamentais para uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos.

Infelizmente, os documentos que aqui discutimos ainda não nos conseguem transmitir a confiança que nós desejaríamos. Trata-se de um Orçamento novamente inflacionado e impossível de ser concretizado.

No ano passado, aquando da discussão destes mesmos documentos para o ano de 2014, solicitámos aos responsáveis do executivo municipal do PSD que nos fosse entregue este documento com a antecedência necessária para uma análise mais detalhada. Tal pedido deveu-se ao facto de acharmos que as 48 horas previstas na Lei não serem suficientes para fazermos um estudo mais depurado dos documentos em apreço. Agradecemos que nos tenham entregue o documento com 60 horas de antecedência, o que, evidentemente, não nos permite um debruce tão detalhado como pretendido e, em nosso entender, necessário e útil a uma discussão mais aprofundada. Perde a democracia, perdem os Municípios, perde o Concelho, o que desde já se lamenta.

Um outro ponto prévio que queremos salientar, é o caso de, uma vez mais, ninguém ter sido chamado a contribuir para a construção deste documento. Muitas vezes ouvimos que os Vereadores do Partido Socialista não apresentam propostas alternativas às apresentadas pelo

PSD! É óbvio que não o pudemos fazer pelo simples facto de não nos terem dado oportunidade para tal! As GOP e o Orçamento são-nos presentes numa proposta completamente fechada, para mera análise e votação, o que não nos permite apresentar qualquer proposta de alteração aos documentos pela sua inutilidade. Já no passado sugerimos que os documentos previsionais deveriam ser alvo de um processo de envolvimento, quer dos Partidos Políticos como dos Reguenses. Com a implementação, a exemplo de outros municípios, do Orçamento Participativo este envolvimento seria garantido. Uma vez mais, perde a democracia, perdem os Municípios, perde o Concelho.

Após a possível análise realizada às GOP e ao Orçamento para 2015, apresentado pelo atual executivo PSD da Câmara Municipal Peso da Régua, os Vereadores do Partido Socialista apresentam a sua discordância pelas mesmas razões que foram apresentadas no ano transato, o que nos leva a transcrever parte do que o Partido Socialista referiu em relação aos documentos para 2014:

“Em primeiro lugar temos de voltar a referir que, comparando este documento aos dos anos anteriores, estamos perante os mesmos erros do passado.

O Executivo PSD segue uma via que só visa o puro eleitoralismo e que é desprovida de estratégia. Os responsáveis pela gestão do Município, assistem, impávidos e serenos, ao aumento do desemprego, à (cada vez maior) fragilização do tecido económico local, à fuga dos nossos jovens para outros Concelhos e aos constantes ataques do Governo PSD/CDS-PP à nossa região, sem que nada façam para contrariar as dificuldades existentes e potenciar o crescimento do Concelho.

Em vez disso, assistimos a investimentos em equipamentos megalómanos que dificilmente garantirão retorno. Estes investimentos só vão ajudar a aumentar a dívida de curto prazo do município, visto que são equipamentos com elevados custos de exploração e manutenção, e hipotecar no futuro investimentos que potenciem o crescimento sustentado do nosso concelho.

O Atual Plano Plurianual de Investimentos minimiza, em vez de valorizar, investimentos nas áreas que fomentariam o aumento de postos de trabalho e, conseqüentemente, das receitas municipais. São elas a área do Turismo, da Economia e do Emprego. Não podemos aceitar que a criação da Zona Empresarial seja remetida para um plano secundário em relação, por exemplo, ao Auditório Municipal. Um equipamento caro, mais de 3 milhões de euros, e que vai “destruir” um espaço requalificado e referência da nossa Cidade, como é o caso da Alameda dos Capitães.

Não nos cansamos de repetir, o Caminho do PSD é errado;”

“Não nos podemos esquecer das Juntas de Freguesia. Uma vez mais, as Juntas de Freguesia continuam a ser o parente pobre deste orçamento.”

Em 2015 está prevista uma transferência de verbas de capital, para as 8 Freguesias, no valor de 170 mil euros. Aqui queremos deixar bem claro que o Partido Socialista sempre assumiu que as Juntas de Freguesia têm de ter mais capacidade financeira e o **Município deveria cumprir a Lei e assinar os Acordos de Execução das novas competências das Juntas de Freguesia.**

“É muito alarmante o custo do serviço da dívida do Município para o ano económico de 2013. A soma da amortização de empréstimos com os juros associados a estes, perfaz um valor de 1 Milhão 440 Mil 415 Euros e 48 Cêntimos. A este resultado parcial temos de lhe acrescentar os encargos com Outros Juros (200 Mil Euros). Logo o serviço total da dívida para 2013 é de 1 Milhão 640 Mil 415 Euros e 48 Cêntimos. Posto isto, constatamos que os encargos com a dívida têm um peso excessivo no Orçamento, perto dos 10% da sua execução real;”

“Para 2014 o serviço da dívida continua com números astronómicos, cerca de 1.670.000€.”

Para 2015 o serviço da dívida chegará perto de 1.700.000 € (Um Milhão e Setecentos Mil Euros), ultrapassando os 10% da execução real do Orçamento.

“Por todo o exposto, não aceitamos que o executivo do PSD nos apresente um documento ilusório. Um documento com uma falta de credibilidade abissal.

Nos últimos sete anos sempre nos obrigaram a votar contra as GOP e o Orçamento. Fomos obrigados devido ao inflacionamento vertido nos documentos apresentados. Fomos obrigados devido à impossibilidade da sua execução.”

Lamentavelmente, a posição que o Partido Socialista tem vindo a tomar em relação a estes documentos ao longo dos mandatos deste executivo PSD, este ano não pode ser alterada. Denota-se, uma vez mais, o total alheamento do executivo PSD para as posições e chamadas de atenção realizadas pelo Partido Socialista, o que demonstra falta de capacidade de diálogo e de abertura à crítica construtiva.

Perde a democracia, perdem os Municípios, perde o Concelho.

Por todas estas razões, os Vereadores do Partido Socialista não têm outra possibilidade, votam contra esta proposta”.

Declaração de voto dos Vereadores do PSD:

O ano de 2015 coincide com o encerramento operacional do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e, apesar da maximização e do elevado aproveitamento realizado no âmbito do atual quadro, o próximo ano será ainda importante em contexto de overbooking para captação de financiamentos ainda possíveis.

O período do quadro comunitário coincidiu com um investimento fortíssimo nas redes de abastecimento de água e saneamento básico, na requalificação urbana, na rede de equipamentos escolares, desportivos e culturais, assim como na organização e requalificação da rede viária, marcando de uma forma muito acentuada a mais-valia e a importância que este quadro teve para o concelho.

Este período ficou também marcado pelo investimento no desenvolvimento económico e turístico com intervenções como a requalificação urbana e de um conjunto de espaços de elevado valor patrimonial, cultural e turístico, dos quais destacamos a recuperação da velha ponte pedonal, a reconstrução do teatrinho reguense, o espaço multiusos que aloja a feira semanal, a recuperação do Cais da REFER, entre outros...

O ano de 2015 culminará com a entrada em funcionamento do cais de mercadoria da REFER, com a recuperação da estação arqueológica da Fonte do Milho em Canelas e a construção do seu centro interpretativo.

Também com elevado interesse turístico, económico e ambiental está toda a requalificação da zona ribeirinha até à foz do rio Corgo, espaço de excelência e que claramente nos distingue de muitos concelhos, e que terá a sua conclusão em 2015 fruto de uma candidatura apresentada, com a colmatação de um espaço que medeia entre o Cais da Junqueira e as Pontes.

A conclusão e entrada em funcionamento da Alameda das Artes, com todas as suas valências, para cinema, teatro, conferências, congressos, exposições, assim como a construção de um parque infantil exterior constituirá claramente um equipamento de referência para no concelho e na região continuar a afirmar Peso da Régua como zona de excelência no Douro.

Denominar a intervenção que está a ser realizada na Alameda dos Capitães como de destruição, fará seguramente parte dos grandes enganos que quiseram e querem impor aos Reguenses.

No âmbito de overbooking, para 2015 será ainda dinamizada a implementação de um plano de sinalética vertical de informação uniformizada, assim como a criação de alguns miradouros em locais de elevado interesse paisagístico e turístico.

Ainda nesta lógica de captação *in extremis* de fundos comunitários, o próximo ano será ainda marcado ao nível de infra estruturas desportivas com a implementação de mais um relvado sintético a localizar no campo de futebol Dr. Rui Machado – Fontelas, assim como uma candidatura para substituição do relvado sintético existente no estádio Artur Vasques.

A lógica de proporcionar mais e melhores condições para a prática desportiva aos nossos jovens foi nossa preocupação desde o momento em que chegámos ao executivo municipal, e é por isso como muito agrado que verificamos que a prática desportiva na vertente de formação triplicou.

Mas também neste campo relembramos o nosso trabalho de requalificação de toda a rede escolar do 1º, 2º e 3º ciclo de forma a proporcionar aos nossos alunos as melhores condições de ensino, proporcionar a todos os alunos do 1º ciclo das freguesias a mesma qualidade de ensino, e esta aposta na educação é claramente o maior investimento que um Concelho pode fazer para o futuro.

O executivo manterá em 2015 a organização e/ou apoio a um conjunto de eventos que muito contribuem para a nossa promoção e desenvolvimento económico e turístico e a maioria deles com elevado potencial de crescimento e de afirmação no País e no mundo, dos quais salientamos a meia maratona do Douro, o campeonato nacional de enduro, o Douro Ultra Rail, a Concentração de Motards do Douro, o Douro Wine Fest, avançando também no próximo ano o 1º Douro Grandfondo, assim como as tradicionais festividades em honra de Nossa Senhora do Socorro e o Festival de Francesinhas.

O documento hoje aqui apresentado, traduz uma estratégia centrada na dinamização de programas de empreendedorismo local, em estratégias de atração de investimento, na promoção e valorização das fileiras económicas territoriais, assim como na dinamização da economia social, de forma a conseguirmos com o quadro comunitário “Portugal 2020” o mesmo sucesso e grau de execução do quadro que agora se encontra em fase final.

Reafirmamos que Peso da Régua apresenta-se perante o próximo quadro comunitário “Portugal 2020”, com muitos dos problemas e necessidades infra estruturais resolvidos.

O concelho tem hoje capacidade de encarar o próximo quadro comunitário com um modelo de desenvolvimento e uma estratégia centrada na competitividade e coesão, capaz de gerar riqueza, emprego e coesão territorial e social.

Muito tem sido feito e naturalmente que iremos querer sempre mais, lamentamos a postura dos que ao longo dos últimos anos, mais não fizeram do que criticar, criticar sem que nada acrescentassem ou contribuíssem para a melhoria de gestão autárquica.

Criar um conjunto de mensagens vagas e generalistas que se aplicam em qualquer concelho do País, estar contra a maioria dos investimentos e equipamentos que foram criados revelam uma constrangedora incapacidade de contribuir para a melhoria da gestão autárquica.

Se numa primeira fase, reinou a exigência, onde as preocupações dos representantes do partido socialista se centravam no discurso de falta clamorosa de obras e a exigência de darmos resposta às necessidades dos reguenses, seguiu-se uma segunda onde o discurso foi de contestação completa à maioria dos investimentos realizados, contestaram a requalificação do estádio Artur Vasques, contestaram a localização do Centro Escolar da Alameda, (que resolveu um problema e uma nódoa negra no centro da cidade de muitos anos), contestaram o espaço multiusos, nomeadamente a localização da feira semanal, contestaram a localização das piscinas municipais. A terceira fase já é de negação ao trabalho realizado, que atinge o pleno quando referem que o “executivo municipal destruiu a Alameda dos Capitães, um espaço requalificado e referência na nossa cidade”, perante esta afirmação temos claramente de nos situar em posições claramente distintas. Alguém está a mentir aos reguenses.

Não podemos deixar de lamentar a utilização abusiva de um drama social à escala europeia, o desemprego jovem, como arma de arremesso político/partidário, lamentamos que tal aconteça, mas revela a clara falta de ideias e o desnorte dos vereadores do partido socialista.

Em função do exposto votamos favoravelmente este plano e orçamento para o ano 2015.

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO

PARA O ANO 2015

180 – *A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a contratação do empréstimo a curto prazo, enviando o documento para aprovação à Assembleia Municipal.*

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

CASA DO POVO DE VILARINHO DOS FREIRES

OBRAS DE EDIFICAÇÃO – ADAPTAÇÃO/AMPLIAÇÃO

CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO

181 - Foi presente para aprovação o projeto de arquitetura relativo às obras de alteração/ampliação do edifício destinado a Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário da Cãs do Povo de Vilarinho dos Freires.

Traz informação da Divisão de Gestão do Território do teor seguinte:

“CONCLUSÃO:

Tendo em conta o exposto, **propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura condicionado à entrega da certidão da CRP corrigida no que se refere às áreas dos prédios a intervir e à planta de implantação georreferenciada em formato digital (DWG), relativo às obras de alteração/ampliação do edifício destinado a centro de dia e serviço de apoio domiciliário, em consonância com os pareceres emitidos pelas respetivas entidades consultadas, nos termos do artigo 20º do RJUE.**

Caso se decida sobre o deferimento da pretensão, deverá ser notificado a interessada a requerer, nos termos do n.º4 do artigo 20º do RJUE, a aprovação dos projetos de especialidades previstos no n.º 5 do artigo 11º da Portaria n.º1110/01 de 19/9.

Os projetos de especialidades que não sejam considerados necessários, em função do tipo de obra executada ou a executar, deverão ser justificados pelo autor do projeto, solicitando assim a sua isenção e/ou atestar a sua adequabilidade com as normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, caso não esteja contemplada a sua obrigatoriedade na legislação em vigor”.
A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura de acordo com a informação dos serviços.

Mais deliberou isentar as respetivas taxas.

NOS COMUNICAÇÕES

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO

DE NOVAS INFRAESTRUTURAS

RUA JUNCAL DE CIMA

PESO DA RÉGUA

182 - Foi presente o processo da NÓS COMUNICAÇÕES a solicitar autorização para a construção de novas infraestruturas para a instalação de rede de distribuição de televisão, internet e telefone por cabo, para abertura de 5 mt de vala.

Traz informação da Divisão de Gestão do Território do teor seguinte:

“ CONCLUSÃO:

Tendo em conta o exposto, não se vê inconveniente na realização da operação urbanística proposta – Instalação de rede de Distribuição de Televisão, Internet e Telefone por Cabo, com prazo de execução de 1 dia, nos locais indicados, com trabalhos de compactação e reposição de pavimentos corretamente executados dos elementos intervir, condicionado à comunicação da data do início dos trabalhos à DOPSU, desde que autorizada a ocupação do espaço público nos termos supra referidos e liquidadas as taxas em falta, no âmbito do presente pedido.

Nos termos do disposto no art.º 36-A do RJUE, não sendo rejeitada a comunicação, esta equivale à sua admissão, podendo o interessado dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas devidas, no prazo de um ano sob pena de caducidade do pedido, nos termos do art.º 71 do RJUE.

Mais se informa, no caso de haver ocupação da via pública para a execução dos trabalhos, deverá ser formalizado o respetivo pedido atempadamente – processo autónomo, com a área a ocupar – representado com planta e respetivo prazo”.

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a ocupação do espaço público, para a realização da operação urbanística proposta, de acordo com a informação dos serviços.

NOS COMUNICAÇÕES

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PASSAGEM

DE CABOS

QUINTA STº ANTÓNIO

PESO DA RÉGUA

183 - Foi presente o processo da NÓS COMUNICAÇÕES a solicitar autorização para a passagem da rede em apoios existentes, concessionados à EDP.

Traz informação da Divisão de Gestão do Território do teor seguinte:

““ CONCLUSÃO:

Tendo em conta o exposto, não se vê inconveniente na realização da operação urbanística proposta – passagem de rede de Distribuição da Televisão, Internet e Telefone por cabo, com prazo de execução de 1 dia, em apoios existentes concessionados à EDP, desde que autorizada a ocupação do espaço público nos supra referidos e liquidadas as taxas em falta, no âmbito do presente pedido.

Nos termos do disposto no art.º 36-A do RJUE, não sendo rejeitada a comunicação, esta equivale à sua admissão, podendo o interessado dar início às obras, efetuando previamente o pagamento das taxas devidas, no prazo de um ano, sob pena da caducidade do pedido, nos termos do art.º 71 do RJUE.

Mais se informa, que no caso de haver ocupação da via pública para a execução dos trabalhos, deverá ser formalizado o respetivo pedido atempadamente – processo autónomo, com a área a ocupar – representado em planta e respetivo prazo”.

A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a ocupação do espaço público, para a realização da operação urbanística proposta, de acordo com a informação dos serviços.

Todas as deliberações foram aprovadas em minuta.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião eram onze horas, da qual se lavrou a presente ata que foi por mim subscrita e vai ser devidamente assinada.